



Poder Judiciário do Estado do Pará  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Reunião do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário do PJPA			
Local: Sala virtual da plataforma Teams			Data: 20.09.2021
Participante	Cargo	Contato	E-mail
Adriano Gustavo Veiga Seduvim	Juiz de Direito	-	adriano.seduvim@tjpa.jus.br
César Leandro Pinto Machado	Juiz de Direito	-	cesar.pinto@tjpa.jus.br
Claudia Sadeck Burlamaqui	Analista Judiciário	-	claudia.burlamaqui@tjpa.jus.br
Edvaldo dos Santos Lima Júnior	Oficial de Justiça Avaliador – Representante Sindojus		Edvaldo.junior@tjpa.jus.br
Francisco Mateus da Costa Mota	Analista Judiciário		francisco.mota@tjpa.jus.br
Francisco Olavo Damasceno Júnior	Analista Judiciário	-	francisco.olavo@tjpa.jus.br
Lauro Fontes Júnior	Juiz de Direito – Coordenador do Comitê	-	lauro.junior@tjpa.jus.br
Maira Liane Viana Sadeck dos Santos	Analista Judiciário – Secretária do Comitê	-	maira.santos@tjpa.jus.br
Sara Augusta Pereira de Oliveira Medeiros	Juíza de Direito		sara.oliveira@tjpa.jus.br
Thiago Ferreira Lacerda	Analista Judiciário – Representante Sindiju	-	thiago.lacerda@tjpa.jus.br

A reunião foi aberta pelo Juiz Lauro Fontes Júnior, relatando que ao analisar os relatórios do RREO verificou que a arrecadação de 2021 está superior ao previsto na LOA. Ponderou que a finalidade do Comitê é gerar informações hábeis que possam contribuir com a Presidência na execução orçamentária do exercício corrente, sugerindo alocação de despesas, caso haja superávit orçamentário e que, para tanto, faz-se necessário coletar informações de deficiências nas unidades judiciárias, bem como verificar a efetiva execução do orçamento do 1º e 2º grau.

A servidora Maira Santos destacou que nossas sugestões e ações devem levar em conta os instrumentos administrativos de planejamento em andamento, por exemplo: Plano de Aquisição e Contratação e Plano de Obras. Dr Cesar Machado e Dra Sara Oliveira ratificaram que é importante o Comitê ter acesso às informações e os documentos base do planejamento e da execução orçamentária: relatórios contábeis, administrativos e gerenciais.

Dr. Adriano Seduvim citou o art. 3º da Res. 219, que trata da Priorização do 1º grau, lembrando que o Comitê, também, atua no cumprimento de tal resolução e que é importante saber a quantidade de processos distribuídos no 1º e 2º grau, o quadro de lotação de servidores e a execução orçamentária por grau de jurisdição. O servidor Thiago Lacerda complementou que essas informações são fundamentais, inclusive para o cálculo de lotação paradigma de servidores.

O servidor Olavo Damasceno informou que os recursos não utilizados ficam disponível para uso do TJPA, através de crédito suplementar por superávit, e que geralmente são gastos por despesas não contempladas no orçamento vigente como obras e investimentos.

O servidor Edvaldo Lima lembrou da importância de dar continuidade às tratativas realizadas pelo Comitê Orçamentário Gestão 2019/2021. A servidora Maira Santos informou que as atas do Comitê anterior estão na página do Comitê Orçamentário, no Portal do TJPA.

O servidor Mateus Mota ponderou sobre a adoção de critérios objetivos pelo TJPA para a aplicação da Política de Priorização do 1º grau: lotação de servidores, gastos com pessoal e gastos com manutenção.

A servidora Cláudia Burlamaqui ratificou a importância de analisar os Planos de Aquisição e Contratação, em vigência, para verificar o planejamento das ações da atual gestão e suas secretarias e, assim, poder

1



PAMEM20234614





**Poder Judiciário do Estado do Pará  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

propor despesas de investimentos com o uso do superávit orçamentário.  
Durante a reunião foram discutidas quais as informações serão solicitadas às Secretarias.

**PAUTA**

1. Discutir a linha de atuação do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário;
2. O que ocorrer.

**ASSUNTOS DISCUTIDOS**

Após as declarações de todos os membros, restou o entendimento da necessidade de levantamento de informações junto às secretarias administrativas para definição da estratégia de atuação do Comitê.

Ficou acordado em solicitar as seguintes informações:

- 1) Total de orçamento previsto (receita e despesas) para o exercício 2021 e 2022.
- 2) Total efetivamente arrecadado no exercício 2021, discriminando mensalmente.
- 3) Total das despesas efetivamente executadas no ano de 2021, discriminando mensalmente.
- 4) Para interpretação, indicação de possíveis excessos de arrecadação no ano de 2020. E, se há projeção de excesso de arrecadação para o ano de 2021.
- 5) Total de despesas projetadas para gastos com pessoal para o ano de 2021 e 2022; discriminando-as em termos percentuais em relação ao total do orçamento.
- 6) Total/discriminação das receitas de capital e de custeio arrecadados no exercício de 2021.
- 7) Qual o limite de gastos efetivamente verificados nos anos de 2019, 2020, 2021 e projeção 2022 (considerando o limite de 6% introduzido pela LRF).
- 8) Valor destinado ao custeio de servidores no 1º grau nos anos 2020 e projetados 2021.
- 9) Valor reservados à TI (incluindo digitalização) para os anos de 2019, 2020 e 2021.
- 10) Oficiar a Secretária de gestão de pessoas e planejamento para informem o número de servidores no 1 e 2º grau.
- 11) Qual o número de processos distribuídos nos anos de 2019, 2020 e 2021, separados por grau.
- 12) Se com o teletrabalho há previsão de diminuição de despesas correntes; quantificá-los.
- 13) Se com digitalização, há previsão de diminuição de gastos com materiais de expediente; quantificá-los.
- 14) Quanto está sendo gasto com cargos comissionados e funções, separados por grau.
- 15) Planos de aquisição de 2021.
- 16) Demonstrações contábeis de 2020.

A reunião foi encerrada com a fala do Magistrado Lauro Fontes.

Deliberações:	Responsável	Prazo Final
1. Encaminhar expediente à SEPLAN solicitando as informações contábeis e financeiras;	Maira Santos	

2



PAMEM202234614





**Poder Judiciário do Estado do Pará**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

2. Encaminhar expediente à SGP solicitando as informações sobre lotação de pessoal e alocação de despesas com pessoal por grau de jurisdição;	Máira Santos	
3. Encaminhar expediente ao DPGE solicitando informações processuais: processos distribuídos	Máira Santos	

Nada mais havendo, encerrei a esta ata, que vai por mim, Máira Liane Viana Sadeck dos Santos, Secretária do Comitê e pelo Magistrado Coordenador, devidamente assinada.

3



PAMEM202234614

